

Editorial

Dentre as importantes questões que esta 41ª edição da *Revista Avaliação* traz à consideração dos leitores, uma se destaca: as reformas da educação superior tendem crescentemente a reforçar o sentido mercadológico da educação. Esse enfraquecimento da significação do “bem público” em face do avassalador avanço da ideologia, das práticas e das estruturas do “mercado educacional” se podem observar nos planos nacionais e internacionais, no interior das IES, nas agências governamentais, nos organismos multilaterais, nas ofertas transnacionais, na valorização da acreditação como mecanismo de fé pública e regulação do mercado, no conceito de qualidade forjado fora do *ethos* acadêmico etc. Alguns dos artigos seguintes tratam desses temas. **Francisco López Segre**ra, professor universitário e assessor da UNESCO, acumula experiências e conhecimentos muito densos que lhe dão as melhores condições para traçar amplos panoramas a respeito das transformações da educação superior no mundo e, de modo particular, na América Latina e Caribe. No texto que abre esta edição, são apresentadas as principais tendências e as difíceis encruzilhadas da educação superior em nosso continente. O dilema central tem a ver com a questão seguinte: as medidas propostas pelos organismos internacionais do setor financeiro, orientadas ao aumento da competitividade e ao mercado serão aprofundadas, ou, ao contrário se priorizarão as áreas sociais do Estado? Esta questão tem o seguinte desdobramento na educação superior: educação é um serviço negociável, a ser regulado pelo Acordo Geral de Comércio de Serviços (AGCS/OMC), ou, ao contrário, é bem público e direito do cidadão? Algumas fortes tendências se observam fortalecendo a ideologia e as práticas do mercado. Nas instituições, uma certa naturalização da necessidade de buscar e gerar recursos financeiros. Nos âmbitos nacionais e transnacionais surgem os novos e competitivos provedores de educação superior. Além de analisar a significação das reformas e transformações da educação superior e seus impactos nas políticas de avaliação e acreditação, Segre ra projeta alguns cenários da internacionalização. Aqui se apresenta mais um dilema: a internacionalização movida pela solidariedade e pela cooperação, ou a mercantilista e competitiva? **Eugénio Alves da Silva**, da Universidade do Minho, traz à nossa reflexão a questão da produção de decisões no campo acadêmico. Este é um palco atravessado de confrontos, em que, segundo o autor, se sobressaem duas dimensões de grande importância para a governação universitária: a burocrática e a política. O aparelho burocrático universitário via de regra deve funcionar de acordo com as orientações uniformizadoras definidas pelas estruturas estatizadas, notadamente o ministério. Já a dimensão política cria as oportunidades de participação dos atores à margem das orientações oficiais, reforçando não a racionalidade da uniformização e da coesão, mas sim dos conflitos e da fragmentação. **Valdemar Sguissardi** (UNIMEP)

dedica-se, neste texto, à seguinte questão: que lugar ocupa a qualidade nas recentes políticas de educação superior? A qualidade está no centro das principais discussões a respeito da educação superior no mundo todo. Porém, que significação tem essa velha palavra nos novos debates e nas propostas que hoje fazem os organismos multilaterais, as agências transnacionais e os ministérios nacionais? Como Sguissardi observa, ela vem sempre associada a competitividade, a empregabilidade e, sobretudo, a uma outra palavra-chave: acreditação. É verdade que esta palavra – acreditação – nem existe em nossos dicionários portugueses. Porém, goste-se ou não, é certo que ela será cada vez mais utilizada e praticada entre nós, tamanha é sua força pervasiva. Com efeito, acreditação e qualidade são as palavras do momento na educação superior do mundo todo, e estão de moda em praticamente todos os países da América Latina e Caribe. O fato é que, nos processos de acreditação, em geral, mais que a melhora da educação o que está em jogo é a garantia pública de qualidade, segundo critérios estabelecidos não por educadores, mas por membros de organismos financeiros multilaterais, como Banco Mundial, OCDE, OMC etc... **Maria de Fátima de Paula e Marcela Davino de Azevedo** (UFF) analisam as políticas e práticas de privatização levadas a cabo por uma instituição pública federal. Observam que os acadêmicos se sentem compelidos a buscar soluções individuais para os problemas institucionais. Para sustentar e organizar essa “privatização por dentro”, as instituições públicas criam alguns mecanismos, dentre os quais o mais conhecido é o caso das fundações. Essas práticas, políticas e estruturas ajudam a transformar a educação superior num interessante campo de exploração do capital nacional e transnacional. Entretanto, vale destacar a observação que fazem as autoras: esses processos e práticas não se devem somente ao neoliberalismo que se impõe de fora, mas também, associadamente, a interesses e práticas de atores da própria instituição universitária. **Maria Isabel da Cunha** (UNISINOS), **Evanilda de Andrade Teixeira Fraga** e **Sheila Eskeff Konarzewski** (bolsistas FAPERGS) lançam um olhar sobre as dissertações e teses produzidas no Rio Grande do Sul. Trata-se de tema de grande potencial nucleador, pois a “Pós-graduação é o lugar por excelência da pesquisa acadêmica e em torno dela se articulam professores e estudantes para desenvolver projetos de interesse social, ligados às diferentes áreas do conhecimento”. Segundo revela o estudo, no tocante à educação superior, as temáticas relacionadas às políticas, gestão e avaliação das IES são as que acolhem o maior número de trabalhos. **José Nilson Reinert e Neura Fazolo Somensi**, por sua vez, apresentam um estudo sobre fatores relevantes que levam à elaboração de dissertações de mestrado. Levando em conta que o objetivo principal do mestrado é a formação de pesquisadores, são a pesquisa e a informação compartilhadas que constituem o seu grande diferencial em relação a cursos de graduação. Como observam os autores, “ao desenvolver uma dissertação, o estudante apreende e aprende a ser autor do próprio processo de

apreensão, dentro de uma perspectiva crítica, no sentido mais real e profundo que a palavra possa ter”. E concluem, com base na pesquisa que realizaram no Curso de Mestrado em Administração da UFSC: “o orientador, as experiências pessoais do estudante e os professores foram os fatores mais relevantes necessários à elaboração da dissertação de mestrado”. **Tânia Baibich e Yvelise de Freitas Souza Arco-Verde** (UFPR), tomando por base um estudo que realizaram a respeito do processo de ocupação de vagas remanescentes na UFPR, refletem sobre a questão do preconceito na universidade. De um lado, revelam a gravidade do problema: “89% dos entrevistados (alunos ingressados via PROVAR-UFPR) descreveram situações de discriminação”. Por outro lado, as práticas comuns de negação do preconceito e da discriminação: “A negação da ocorrência do preconceito é um fenômeno cruel, dado que invisível, cuja malignidade é severa, pois não tem rosto para ser identificado”. **Renato Sérgio Borges e Beatrice Laura Carnielli** confrontam os resultados do antigo Exame Nacional de Cursos e os da Análise Envoltória de Dados (DEA). Explicam os autores que “DEA é uma metodologia utilizada para avaliar a eficiência comparativa de qualquer organização considerada complexa, ou seja, com muitas atividades, muitos processos e tecnologias desconhecidas”. Entre o primeiro modelo (de mensurações objetivas e análise *in-loco* das condições dos cursos) e o segundo (programação matemática para verificar a eficiência alocativa dos insumos), encontraram-se muitas convergências e também divergências. Portanto, para os autores, “faz-se necessário que sejam realizados estudos mais aprofundados utilizando o modelo DEA, com uma combinação maior e mais diversificada de *inputs* e *outputs*”. **Juan Carlos Gottfredi**, da Universidade Nacional de Salta (Argentina), tomando como base o livro *Dilemas da Educação Superior. Sociedade do conhecimento ou Economia do conhecimento* (de José Dias Sobrinho, Editora Casa do Psicólogo, 2005), reflete sobre a questão da sociedade do conhecimento e os problemas e oportunidades para as universidades e as sociedades latino-americanas. Diz Gottfredi que “uma maneira de apreciar o estágio evolutivo de uma sociedade seria determinando o grau de distribuição de inteligência instalada. Quanto mais concentrada, mais elitista é essa sociedade, menor o grau de desenvolvimento social, político e econômico e menores possibilidades que os benefícios da globalização se derramem sobre vastos setores da sociedade... Por outro lado, as sociedades com alto grau de inteligência distribuída formam redes nevrálgicas que atravessam as sociedades, não podem ser adormecidas nem enganadas pelos meios de comunicação porquanto são capazes de organizar-se, de aceder e analisar a informação e aqueles que exercem o poder são obrigados a cumprir suas promessas”. Boa leitura!

José Dias Sobrinho
Editor